ANAIS DO
V ENCONTRO DE
PESQUISA JURÍDICA Anhanguera
O DIÁLOGO ENTRE A SOCIEDADE,
O ESTADO E A CONSTITUIÇÃO –
SÉRIE ESPECIAL:
O DIREITO E AS NOVAS TECNOVOLOGIAS

DIREITO E AS NOVAS TECNOLOGIAS

Autor(res)

Renato Domingos Ferreira Lima
Vamberth Soares De Sousa Lima
Habib Ribeiro David
Kannandha Nunes Costa
Eduardo Augusto Gonçalves Dahas

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE RIBEIRÃO DAS NEVES

Introdução

O avanço acelerado das novas tecnologias, como inteligência artificial, blockchain, e sistemas autônomos, tem provocado profundas transformações sociais, econômicas e jurídicas. O direito, como sistema normativo fundamental para a regulação das relações humanas, enfrenta o desafio de se adaptar a essas inovações disruptivas para garantir a proteção dos direitos fundamentais, a segurança jurídica e o equilíbrio entre inovação e responsabilidade. Este contexto impõe a revisão de conceitos tradicionais e a criação de novos instrumentos legais que acompanhem a evolução tecnológica, assegurando a justiça e a ética na sociedade contemporânea.

Objetivo

Este estudo visa analisar a interação entre direito e novas tecnologias, destacando os desafios regulatórios, as respostas adaptativas do sistema jurídico e as implicações para a proteção dos direitos humanos na era digital.

Material e Métodos

A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, baseada em revisão bibliográfica e documental, abrangendo artigos acadêmicos, legislações, e estudos de caso internacionais. Foram explorados temas como regulamentação de tecnologias disruptivas, inteligência artificial no processo judicial, responsabilidade civil digital, proteção de dados pessoais e ética tecnológica. A análise incluiu comparações entre diferentes sistemas jurídicos, com foco em adaptações inovadoras promovidas em jurisdições como Estados Unidos, União Europeia e Brasil. Também se utilizou o método hipotético-dedutivo para refletir criticamente sobre as implicações das novas tecnologias no direito constitucional, penal e civil, considerando a necessidade de equilíbrio entre inovação, segurança jurídica e direitos fundamentais.

Resultados e Discussão

Os resultados indicam que o direito está em processo de transformação para incorporar as especificidades das novas tecnologias, mas enfrenta limitações devido à velocidade das inovações e à complexidade dos sistemas

tecnológicos. A inteligência artificial tem sido utilizada para otimizar a pesquisa jurídica e a mediação, enquanto o blockchain oferece possibilidades para contratos inteligentes e transparência, surgem desafios como a atribuição de responsabilidade em casos de danos causados por agentes autônomos, a proteção da privacidade diante da coleta de dados, e o combate a fraudes digitais. A literatura destaca a necessidade de uma abordagem interdisciplinar e regulatório que considere a dinâmica do desenvolvimento tecnológico e preserve os direitos humanos essenciais. Ademais, há consenso sobre o papel do direito não apenas como regulador, mas como mecanismo de prevenção de riscos tecnológicos, requerendo uma legislação adaptativa e a participação entre atores públicos e privados.

Conclusão

A relação entre direito e tecnologia está em crescimento, exigindo atualização constante. O sistema jurídico precisa ser mais flexível, multidisciplinar e proativo para lidar com as inovações. A proteção dos direitos, ética e responsabilidade devem guiar essa adaptação, promovendo bem-estar social e justiça. O futuro do direito depende de incorporar tecnologia de forma equilibrada, garantindo segurança jurídica e desenvolvimento sustentável.

Referências

Paulo Junior et al. (2023) “Disruptive Technologies and Law in a Post-Hyper-Transmodern Era” https://www.scielo.br/j/rdp/a/n9zsxdP7z49kC475XQHnJ5h/?format=pdf&lang=pt Fornasier, M.O. (2022) “Artificial Intelligence and Democratic Rule of Law” https://revistas.unisinos.br/index.php/RECHTD/article/download/20580/60749049 Goanta, C. (2018) “How Technology Disrupts Private Law: An Exploratory Study of California and Switzerland” https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=3256196 Livson et al. (2021) “Impact of Digitalization on Legal Regulation” http://www.fasb.edu.br/revista/index.php/campojuridico/article/viewFile/749/606 Singla, A., Gupta, E. (2024) “The impact of technology on legal profession” https://www.lawjournals.org/assets/archives/2024/vol10issue2/10077